

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

Art. 11. A COGEP promoverá, no mínimo, a cada quadrimestre, Reunião de Análise da Estratégia (RAE), sob a condução da Administração Superior e com a participação das unidades administrativas do PJERJ, quando necessário, para avaliar os resultados da estratégia institucional.

CAPÍTULO IV
DO ALINHAMENTO DA ESTRATÉGIA ÀS DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

Art. 12. Caberá à COGEP avaliar as questões relativas à governança institucional, em nível macro, resguardadas as atribuições específicas dos demais órgãos colegiados vinculados a cada tema de governança, promovendo o alinhamento das iniciativas estratégicas institucionais às diretrizes de governança aplicadas na organização, bem como as definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Art. 13. A COGEP avaliará especialmente as questões relativas aos projetos estratégicos que definam políticas e padrões de governança e/ou que impactem diretamente na estratégia institucional, cabendo-lhe garantir seu alinhamento ou propor sua exclusão do rol de iniciativas institucionais.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução TJ/OE n.º 16/2015, de 04 de maio de 2015.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021

Desembargador **HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA**
Presidente

id: 3822671

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ nº 12/2021

Aprova o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

O **ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no inc. I, do art. 96 e no art. 99 da Constituição da República e na alínea "a", inc. VI, do art. 3º do Regimento Interno, tendo em vista o decidido na sessão de 31 de maio de 2021 (Proc. SEI nº 2021-0648264),

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve ser norteada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estes previstos no artigo 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve também observar os princípios da prevenção e planejamento, transparência, economicidade e continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.217, de 27 de maio de 1999, efetiva a autonomia financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em razão das receitas do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ;

CONSIDERANDO que a referida Lei amplia a utilização dos recursos do FETJ, que se destinavam, originariamente, apenas ao processo de modernização e reaparelhamento deste Tribunal de Justiça, conforme o disposto no artigo 2º da Lei nº 2.524, de 22 de janeiro de 1996 (Lei de Criação do FETJ);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), instituiu normas e procedimentos que devem ser observados, principalmente no que se refere ao planejamento, à geração de despesas, ao controle e à transparência da gestão de recursos públicos, em consonância com a lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

CONDIDERANDO que a Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;

CONSIDERANDO que os projetos estratégicos são parte integrante do Plano de Ação Governamental (PAG) para assegurar recursos orçamentários suficientes ao atendimento do planejamento estratégico;

CONSIDERANDO que a proposta orçamentária do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro deve ser alinhada ao seu planejamento, de forma a viabilizar a plena execução dos projetos estratégicos definidos pela Administração Superior, sendo imprescindível, para tanto, a efetiva disponibilização de recursos orçamentários;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de diretrizes e critérios para a racionalização dos recursos orçamentários, com vista ao atendimento ao interesse primário da atividade jurisdicional;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento objetivo dos resultados da implementação da estratégia institucional;

CONSIDERANDO que o plano estratégico pode ser atualizado por Ato da Presidência do TJERJ, quando necessário, para fins de alinhamento aos objetivos da Administração Superior, devendo ser observada a continuidade dos projetos em andamento, em atendimento ao disposto no art. 45 da LRF;

CONSIDERANDO a aprovação preliminar do portfólio de projetos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) e pela Administração Superior;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos anexos a esta Resolução, cabendo a toda Administração Judiciária zelar por sua fiel e estrita observância.

I. A Administração Superior poderá rever o Plano Estratégico e o Plano de Ação Governamental (PAG), incluindo novos projetos, desde que adequadamente atendidos aqueles ainda em execução e contempladas as despesas de conservação, nos termos do art. 45 da LRF.

II. A inclusão dos projetos a que se refere o inciso anterior está condicionada à adequação com a Lei Orçamentária Anual e à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 1º, inc. I e II, do art. 16, da LRF.

Art. 2º O Relatório de Execução e Acompanhamento do Plano de Ação Governamental (PAG) será publicado quadrimestralmente no DJERJ e disponibilizado no Portal Transparência.

Art.3º A documentação dos projetos e indicadores estratégicos obedecerá às diretrizes da RAD-PJERJ-006 - Implementação e Gerenciamento da Gestão Estratégica e de Inovações na Gestão Operacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021.

Desembargador **HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA**
Presidente

id: 3822672

ANEXO I

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira
Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho
1º Vice-Presidente

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio
2º Vice-Presidente

Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos
3º Vice-Presidente

Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) – Composição

I - Desembargador CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA, Presidente da Comissão;

II - Desembargador ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS;

III - Desembargador PETERSON BARROSO SIMAO;

IV - Juíza de Direito DANIELA BANDEIRA DE FREITAS, Auxiliar da Presidência e integrante do CGTIC;

V - Juiz de Direito PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR, Auxiliar da Presidência;

VI - Juiz de Direito RAFAEL ESTRELA NOBREGA, Auxiliar da Presidência;
VII - Juiz de Direito FERNANDA XAVIER DE BRITO, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;
VIII - Juiz de Direito WILSON MARCELO KOZLOWSKI, representante da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ);
IX - Senhora ALESSANDRA FABRÍCIO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA, Diretora-Geral da Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR);
X - Senhor ALZIMAR ANDRADE SILVA, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (SINDJUSTIÇA-RJ).
XI - Senhor CLAUDIO TORRES CARVALHO, Diretor-Geral da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF);
XII - Senhor IVAN LINDENBERG JUNIOR, representante da Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC);
XIII - Senhor JOAO CARLOS SANTOS CRUZ, representante da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM);
XIV - Senhora MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (GABPRES/DEGEP);
XV - Senhora VIRNA PERY AMORIM, Diretora-Geral da Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC).

Apresentação

Este Plano Estratégico tem por finalidade revisar e estabelecer a estrutura da Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), sendo fruto da participação institucional, tanto de Magistrados, como de servidores de diversas unidades do TJERJ, membros da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), que tem como integrantes Magistrados, representantes das Entidades de Classes de Magistrados e servidores – AMAERJ e SINDJustiça.

A estratégia estabelecida alinha-se à estratégia geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem perder de vista a necessidade de contemplar, nos seus aspectos concretos, a realidade pertinente ao PJERJ, que consideraram, além de propostas das unidades administrativas, os compromissos assumidos pela atual gestão. Igualmente, os recursos orçamentários para execução dos projetos foram assegurados e constam da proposta que abrange o biênio.

Na metodologia institucional, foram redesenhados os Direcionadores Estratégicos, de modo a renovar a marca da atual gestão em relação aos rumos do PJERJ, bem como traçados objetivos estratégicos, agrupados em Macrodesafios. Estes conceitos foram consolidados no Mapa Estratégico. A estes, posteriormente, foram alinhados projetos que, analisados pela COGEP, foram classificados como estratégicos, considerando, entre outros aspectos, o impacto institucional dos resultados que os mesmos venham a trazer.

Direcionadores Estratégicos do PJERJ

Missão: Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão: Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

Valores do PJERJ:

Ética;
Probidade;
Transparência;
Integridade;
Acesso à justiça;
Celeridade;
Responsabilidade social e ambiental;
Imparcialidade;
Efetividade;
Modernidade.

Política da Qualidade: Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de Magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Mapa Estratégico do PJERJ

O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia institucional, contemplando os Direcionadores, Macrodesafios e Objetivos Estratégicos.



O conceito de Mapa Estratégico se resume em aprendizado e crescimento, visando o aperfeiçoamento dos processos internos, a fim de alcançar o reconhecimento da sociedade, integrando estas perspectivas, em conformidade com a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), ferramenta de planejamento que propicia uma visão clara da estratégia da organização. De acordo com esta metodologia, cada macrodesafio deve contribuir em sucessão com os demais, até que todos interajam para o alcance dos objetivos da organização.

4 Macrodesafios e Objetivos Estratégicos

O presente plano está baseado nos Macrodesafios e respectivos objetivos estratégicos abaixo detalhados:

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Objetivos Estratégicos:

- Promoção da garantia dos direitos fundamentais
- Promoção da garantia dos direitos das minorias e a inclusão social

MACRODESAFIO

FORTEALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Objetivos Estratégicos:

- Aprimoramento da comunicação interna
- Facilitação da comunicação com a mídia e com a sociedade civil

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Objetivos Estratégicos:

- Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau
- Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo
- Priorização da fase de execução dos processos
- Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais

MACRODESAFIO

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Objetivos Estratégicos:

Priorização da tramitação de processos de desvio de recursos públicos
Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ

MACRODESAFIO

CONSOLIDACÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Descrição: Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Objetivos Estratégicos:

Priorização do julgamento de casos análogos
Redução dos processos de litigância serial

MACRODESAFIO

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Objetivos Estratégicos:

Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Objetivos Estratégicos:

Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas
Aperfeiçoamento de rotinas cartorárias
Aprimoramento do sistema carcerário

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Objetivos Estratégicos:

Fortalecimento da autonomia do Poder Judiciário
Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ
Aprimoramento das políticas de controle interno
Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão

MACRODESAFIO

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Objetivos Estratégicos:

Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Objetivos Estratégicos:

Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura
Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça
Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais

MACRODESAFIO

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI
Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas
Ampliação do acesso à tecnologia
Aprimoramento da governança de TIC
Promoção da proteção de dados organizacionais

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Descrição: Refere-se à garantia da infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da segurança aos Magistrados, servidores e edificações
Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional
Aprimoramento logístico do PJERJ

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ
Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos

5 Projetos Estratégicos

A classificação de cada projeto como estratégico é realizada por meio de análise da COGEP, para posterior aprovação da Administração Superior e do Órgão Especial, considerando questões como o impacto dos resultados do projeto para a instituição, entre outras.

A partir da aprovação, as unidades coordenadoras de projetos passam a planejar e acompanhar a execução dos projetos, alcançar as metas e fornecer as informações necessárias a promover a implementação e integração da estratégia institucional.

Seguem relacionados os projetos estratégicos que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos e macrodesafios:

PROJETO: Ações Integradas de Saúde (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Escopo: Desenvolver ações com vistas à redução de incidência das 5 principais patologias causadoras de afastamentos de servidores e magistrados; desenvolver ações com vistas à redução de incidência de cada uma das 5 patologias predominantes constatadas nos exames periódicos realizados em servidores; monitoramento da COVID-19 no Poder Judiciário.

PROJETO: Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Escopo: Ampliação do modelo de gestão da dívida ativa.

PROJETO: Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)

Unidade coordenadora: Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

Escopo: Reestruturação das rotinas administrativas da Vara de Execuções Penais (VEP), com definição de indicadores de desempenho, em conformidade com o novo sistema.

PROJETO:

Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Logística

Escopo: Aprimoramento dos sistemas do DEPAM (SISPAT, SISMAT e SISINVENT), de forma a possibilitar a integração entre as áreas de gestão patrimonial, almoxarifado e compras.

PROJETO: Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Escopo: Criação de metodologias e/ou procedimentos padronizados que possam vir a facilitar o processamento e, por conseguinte, o aumento de produtividade, melhoria da imagem institucional e da gestão das unidades organizacionais.

PROJETO: Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento

Escopo: Sistema de Pesquisa à Base de Dados de Jurisprudência com tecnologia mais moderna e eficiente, tornando a consulta mais célere e assertiva.

PROJETO:

Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Logística

Escopo: Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico.

PROJETO: Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Segurança Institucional

Escopo: Unidade do PJERJ com o acesso controlado; acautelamento de armas de fogo nas Unidades do PJERJ; acautelamento de objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ.

PROJETO: Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Aquisição e atualização do parque tecnológico, compreendendo 1.000 scanners, 4.500 computadores, 3.100 impressoras, 6.750 microcomputadores, 1.000 scanners; atualização Servidores Banco de Dados; equipamentos para modernização do sistema de backup; aquisição de 600 Switches de acesso.

PROJETO: Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento

Escopo: Desenvolvimento de ferramenta no sistema ARQGER que irá permitir e identificar processos físicos que tramitaram nos Juizados Especiais Cíveis, bem como Executivos Fiscais, passíveis de descarte.

PROJETO: Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença

Unidade coordenadora: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Escopo: Criação e instalação do CEJUSC especializado em Execução e Cumprimento de Sentença visando dar celeridade e efetividade à prestação jurisdicional.

PROJETO: Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line

Unidade coordenadora: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Escopo: Desenho e Implementação de Sistemas de Solução de Conflitos e Tecnologia com todos os recursos e funcionalidades que se fizerem necessários para a realização de audiências/sessões de conciliação e mediação on-line com o uso de ambientes virtuais e automatização para o tratamento de conflitos, de forma célere e efetiva, com transparência, controle e segurança.

PROJETO: Digitalização de processos físicos

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Processos eletrônicos, possibilitando a virtualização total do TJRJ.

PROJETO: Estudo para Solução de Contingência de infraestrutura de TIC (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Execução das iniciativas elencadas para dar início à implantação de uma infraestrutura de contingência para sistemas essenciais de TI.

PROJETO: Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)

Unidade coordenadora: Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Escopo: Expansão/interiorização do projeto violeta; estruturação/capacitação do protocolo violeta laranja; estruturação/capacitação e divulgação das atribuições da central judiciária de acolhimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar (CEJUVIDA); capacitação de magistradas (os) e servidoras (es) que atuam no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher e júri; capacitação/estruturação das equipes multidisciplinares que atuam na competência violência doméstica e familiar contra a mulher, plantão judiciário e varas do tribunal do júri.

PROJETO: Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Segurança Institucional

Escopo: Segurança para os Magistrados nas audiências presenciais. 22 (vinte e dois) novos locais para implementação prevista para 2021/2022.

PROJETO: Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Implantação de nova solução tecnológica para os sistemas judiciais de 1º e 2º graus.

PROJETO: Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)

Unidade coordenadora: Comitê Gestor de Proteção de Dados

Escopo: Implementação de Política Institucional para alinhamento dos processos de trabalho do TJRJ à Lei Geral de Proteção de dados, além da implementação de iniciativas para coloca-los em prática na instituição.

PROJETO: Implementação da Política de Governança Institucional (continuidade)

Unidade coordenadora: Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

Escopo: Além de um Ato Institucional que unifique conceitos, parâmetros e mecanismos de governança institucional no TJRJ (Política de Governança Institucional), e tomada de iniciativas para coloca-los em prática, há necessidade de criação de diversos atos autônomos (unificados pela política), e que tratem de temas fundamentais de governança no setor público, especialmente já recomendados pelos órgãos de governo e já fundamentados em atos e literaturas, em especial, as do CNJ e as do TCU (Referencial Básico de Governança).

São eixos a serem trabalhados (ou aprimorados) de forma autônoma e que integram a governança institucional (sem prejuízo de outros que possam ser priorizados): Política de gestão estratégica (*); Política de gestão de TIC (*); Política de gestão de pessoas (*); Política de gestão de riscos (*); Política de viagens e diárias; Código de ética, conduta e integridade; Política de aquisições, contratações e compliance; Política de gestão de serviços de terceiros; Política de gestão da qualidade dos serviços do TJRJ; Política de gestão de fornecedores; Política de comunicação institucional; Política de segurança institucional; Política de prestação de contas (Accountability Institucional) - (*) Atos já existentes, que necessitam ser alinhados / aprimorados.

PROJETO: Implementação de estrutura física e logística na Central de Audiências de Custódia – Capital

Unidade coordenadora: 2ª Vice-Presidência

Escopo: Criação de um novo espaço físico, de forma a permitir a realização das tratativas entre ministério público e a defesa para a celebração da medida despenalizadora denominada Acordo de Não Persecução Penal em fase prévia ao oferecimento da denúncia.

PROJETO: Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Escopo: Elaborar um novo GPES, que é o sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ.

O GPES receberá os bancos de dados dos atuais sistemas (SHM, SHFTJ, SHF, UNIV, JUI e SisConciliador), que possuem tecnologia obsoleta, que não permite automação das atividades.

Não se trata apenas de migração da base de dados, mas desenvolvimento de cada rotina para que o novo GPES seja um sistema que permita aos usuários a realização eficiente de tarefas.

Em parceria com a DGTEC, o projeto terá as seguintes etapas: higienização dos bancos de dados; planejamento do novo banco de dados; planejamento das novas rotinas, prevendo maior automação; comunicação plena com os demais sistemas, especialmente com o de folha de pagamento, evitando-se mais de um lançamento da mesma informação; funcionamento de portais de gestores e de servidores, com máxima disponibilidade de informações e tarefas, evitando-se atendimentos e processos administrativos desnecessários; migração dos sistemas em plataforma Mumps, que está obsoleta e deve ser extinta.

Conforme relatório apresentado pela consultoria da PUC, esse sistema será desenvolvido internamente, pela DGTEC, com apoio da fábrica de software.

PROJETO: Incentivo e Apoio ao cumprimento das metas nacionais jurisdicionais

Unidade coordenadora: Gabinete da Presidência

Escopo: Melhoria do resultado geral do TJRJ em relação ao cumprimento das metas nacionais; melhoria da pontuação do requisito "Cumprimento das metas" no Prêmio CNJ.

PROJETO: Justiça 4.0

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Realizar iniciativas no tocante à tecnologia da informação, que sejam relativas ao Programa Justiça 4.0, em alinhamento com o CNJ.

PROJETO: Mediação e Conciliação Extrajudicial

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais

Escopo: Implementar a mediação e conciliação extrajudicial no Estado do Rio de Janeiro.

PROJETO: Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Escopo: O projeto irá integrar ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil, visando ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, treinamento e alocação eficiente de pessoas e captação e melhoria dos recursos de TI.

PROJETO: Modernização dos órgãos julgadores de licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Contratos e Licitações

Escopo: Preparação da equipe do OJULI para a aplicação da nova lei geral de licitações e contratos com a devida capacitação pessoal; modernização dos equipamentos de TI para as sessões virtuais ou presenciais (gravação em áudio e vídeo e registrada na ata); inserção da cpl em sistema corporativo (ou não corporativo); adequação do espaço para as sessões públicas.

PROJETO: Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna

Unidade coordenadora: Núcleo de Auditoria Interna

Escopo: Elaboração de normativo instituindo o Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna.

PROJETO: Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Escopo: Estudo técnico para definição de ferramenta que substituirá o processo de autenticação dos sistemas web, com implementação de mecanismos mais seguros de identificação do usuário.

PROJETO: Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)

Unidade coordenadora: Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso

Escopo: Implementação de medidas administrativas, no âmbito da jurisdição Criminal, da Execução Penal, da Infância e do 2º grau de jurisdição, para assegurar prioridade de tramitação e celeridade a processos envolvendo, direta ou indiretamente, crianças na Primeira Infância, de zero a seis anos de idade, sujeitos de medidas protetivas (inclusive no caso de gestantes ou mães presas, que convivam com filho no cárcere); implantação do projeto Piloto 'Amparando Filhos', voltados para mulheres-mães que cumprem pena privativa de liberdade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro e grande Rio, que têm filhos de zero a 12 anos, com objetivo de traçar caminhos para elaboração das medidas de proteção sociojurídicas aos seus filhos e minimizar os efeitos danosos do encarceramento em suas múltiplas dimensões, através da integração dos serviços da Assistência Social; capacitação das equipes interdisciplinares das Varas de Infância, Juventude e Idoso, visando à adesão – e posterior difusão na rede de atendimento – de metodologia específica de cuidado de crianças na Primeira Infância, de zero a seis anos de idade, sujeitos de medidas protetivas, com o objetivo de promover maior celeridade e efetividade nos respectivos processos, inclusive e especialmente de adoção; implementação do projeto Piloto "Pai Presente" no DEGASE, com a criação do Núcleo de Valorização da Paternidade, a fim de contribuir para o reconhecimento da paternidade por meio de uma política de valorização da mesma, que viabilizem a diminuição do contingente dos jovens e de seus filhos sem o registro paterno. A criação do referido Núcleo além da diminuição do Sub-registro, pretende-se estruturar atendimento social e psicológico, com realização de oficinas permanentes para as famílias, em parceria com as Varas de Infância e Juventude, Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-registro e Busca de Certidões da Corregedoria Geral de Justiça, Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública, DEGASE e ONG's que têm trabalhos desenvolvidos e reconhecidos com essa temática.

PROJETO: Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I

Unidade coordenadora: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: Preservação e acesso do acervo digital às obras raras e aos Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I.

PROJETO: Programa de Formação Integral de Gestores – FIG

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Escopo: Programa de formação e desenvolvimento gerencial implementado como processo de trabalho permanente, estruturado em ciclos bienais, integrado à Política de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, visando a formar Banco de Gestores com informações atualizadas e consistentes de pessoal qualificado de acordo com princípios meritocráticos de formação, experiência e capacitação, bem como prover a capacitação para a ocupação da função de Chefe de Serventia demandada na Resolução CM 07/2013.

PROJETO: Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Unidade coordenadora: Corregedoria-Geral de Justiça

Escopo: As medidas previstas neste projeto permitirão o cumprimento e o monitoramento dos valores relacionados a ética, imparcialidade, transparência, excelência, idoneidade e foco no cidadão, que devem nortear a atuação do Poder Judiciário do ERJ.

PROJETO: Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento

Escopo: Ampliação das atividades de conservação e restauro de documentos e objetos de valor histórico do Poder Judiciário fluminense acumulados ao longo de mais de 250 anos, desde o período colonial, e decorrentes de atividades judiciais e administrativas.

Atendimento a solicitações de outras unidades organizacionais do PJERJ para realização de serviços de higienização e reparos em documentos em uso corrente ou de guarda permanente; aumento do número de itens documentais disponíveis a pesquisadores para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, bem como pesquisas genealógicas; e capacitação de participantes dos projetos especiais desenvolvidos pelo PJERJ ou indicados pela Presidência, em atividades de conservação e restauro de documentos.

PROJETO: Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)

Unidade coordenadora: Corregedoria-Geral de Justiça

Escopo: Reestruturação das rotinas administrativas da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ), da infraestrutura logística e de pessoal e capacitação da unidade, com levantamento de todas as atribuições envolvidas no sistema DCP.

PROJETO: Unificação do Tele Atendimento dos Serviços da DGLOG (continuidade)

Unidade coordenadora: Diretoria-Geral de Logística

Escopo: Criação de uma Central de Solicitações para os serviços prestados pela DGLOG (DEIOP, DEPAM, DETRA e DEENG).

6 Monitoramento do Planejamento Estratégico

O monitoramento da estratégia institucional é realizado por meio de relatório mensal da evolução da implementação dos projetos, da medição periódica dos indicadores constantes da Matriz de Indicadores Estratégicos (Anexo III), e pelo acompanhamento dos resultados efetivos de cada Projeto.

O monitoramento da estratégia pode ser realizado em Reuniões Periódicas, por meio de relatórios periódicos, Relatórios de Informações Gerenciais (RIGER), reuniões da COGEP ou outros meios que a Administração Superior entenda convenientes e necessários para a adequada implementação da estratégia institucional.

7 Considerações Finais

O atual Plano Estratégico é resultado de ampla reflexão acerca das peculiaridades do Judiciário Fluminense e caracteriza um avanço na gestão institucional.

O Plano Estratégico deve ser visto como um instrumento dinâmico de gestão, que contém as linhas de atuação a serem seguidas pelo PJERJ e são passíveis de modificação à medida que o cenário interno e externo se modifica.

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras das decisões presentes”.
- Peter Drucker

id: 3822673

ANEXO II

Plano de Ação Governamental - PAG

1 - Introdução

1.1 - Legislação de Regência

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) é a principal fonte reguladora da execução do presente Plano de Ação, pois trata das questões relacionadas ao equilíbrio fiscal da Administração Pública, destacando como principais temas: o incentivo ao aumento da arrecadação, a aplicação planejada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, o contingenciamento das despesas fixadas quando o resultado da arrecadação for inferior ao previsto, a política da gestão de pessoal, a preservação e a conservação do patrimônio público e a questão previdenciária.

As despesas de custeio e os investimentos a serem aplicados na execução dos programas do Plano de Ação Governamental - PAG são regidos pela seguinte legislação estadual: Lei nº 2.524/1996 (Criação do FETJ), Lei nº 2.836/1997 (altera os artigos 2º, II, e 3º, V, da Lei nº 2.524/1996), Lei nº 3.217/1999 (autoriza a transferência de novas receitas para o FETJ).

2 - Justificativa

O Plano de Ação Governamental – PAG é necessário para:

avaliar e acompanhar a evolução das despesas públicas administradas pelo Poder Judiciário Estadual, em atendimento aos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e aos preceitos decorrentes de seus artigos 16 e 17, que tratam da geração da despesa pública e da despesa obrigatória de caráter continuado, respectivamente;

disciplinar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do FETJ, favorecendo a gerência e a fixação de prioridades em prol do binômio **Receita x Despesa**;

compatibilizar e adequar os programas do referido Plano com o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA;

assegurar que a gestão fiscal do Poder Judiciário Estadual conte com instrumento de ação planejada e transparente, que permita a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar a prestação dos serviços judiciários à população.

As despesas com custeio e investimentos são apresentadas em programas e projetos/ações que integram o Plano de Ação Governamental e devem ser suportadas pelo FETJ, tendo sido considerados estimativamente os custos de cada um dos projetos, com base nos dados fornecidos pelos órgãos que gerenciam e/ou coordenam os projetos.

3 - Programas

O **Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2021-2022** totaliza o montante de **R\$ 303.607.870,00** (trezentos e três milhões, seiscentos e sete mil e oitocentos e setenta reais), sendo constituído por **05** (cinco) **Programas**, a saber:

PROGRAMAS PAG	
1 -	Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais
2 -	Racionalização da Prestação Jurisdicional
3 -	Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação
4 -	Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário
5 -	Desenvolvimento das Políticas Institucionais

Programa PAG 1 – Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

O referido programa apresenta 1 (uma) ação operacional, a saber: Bolsa de Estudo de Juiz Leigo, e tem por finalidade incrementar a quantidade de sentenças proferidas por meio do acompanhamento da atuação dos juízes leigos.

Justificativa: Necessidade de promover a atuação do Juiz Leigo com metas de produtividade capazes de atender às demandas dos Juizados Especiais, sem prejuízo da qualidade técnico-jurídica de suas decisões. Legislação: Resolução CNJ nº 174/2013.

Valor estimado do programa: R\$ 27.000.000,00

Programa PAG 2 – Racionalização da Prestação Jurisdicional

O referido programa apresenta 4 (quatro) projetos estratégicos e 1 (uma) ação operacional e tem por finalidade promover celeridade processual e efetividade da prestação jurisdicional através da Implantação de projetos que contribuam para melhoria da prestação jurisdicional garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem para o incremento da celeridade dos provimentos jurisdicionais.

Justificativa: Necessidade da adoção de instrumentos que auxiliem no alcance da redução da taxa de congestionamento da 1ª Instância e na viabilização e melhor desempenho da prestação jurisdicional.

Valor estimado do programa: R\$ 40.627.049,00

Projetos Estratégicos:

- Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade);
- Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade);
- Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade);
- Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade).

Ação Operacional:

- Fortalecimento de Perícias.

Programa PAG 3 – Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

O referido programa apresenta 10 (dez) projetos estratégicos e tem por finalidade garantir a evolução continuada da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, reduzindo a defasagem tecnológica relacionada aos sistemas, softwares e hardwares através da atualização dos sistemas administrativos, judiciais e corporativos, com desenvolvimento e aquisição de ferramentas de TI.

Justificativa: Necessidade de adoção de medidas afetas à gestão corporativa da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, evitando riscos relacionados à defasagem tecnológica e em atendimento à Resolução nº 370/2021 do CNJ e Lei Federal nº 11.419/2006.

Valor estimado do programa: R\$ 176.011.422,00

Projetos Estratégicos:

- Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade);
- Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 4 (continuidade);
- Atualização do Parque Tecnológico (continuidade);
- Modernização da Gestão Fiscal (continuidade);
- Ações Integradas de Saúde (continuidade);
- Justiça 4.0;
- Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais;
- Digitalização de Processos Físicos;
- Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade);
- Estudo para Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade).

Programa PAG 4 – Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

O referido programa apresenta 2 (dois) projetos estratégicos e 17 (dezesete) ações operacionais e tem por finalidade garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança através de adoção de medidas técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação de empresa e aquisição de equipamentos, visando a construção, reformas e adequação das instalações físicas do Poder Judiciário.

Justificativa: Atender às condições de sustentabilidade e acessibilidade das edificações do Poder Judiciário, em face das Leis Federais nº 10048/2000 e nº 10098/2000, da Resolução nº 114/2010 do CNJ e da Norma Técnica - NBR 9050 da ABNT, bem como contribuir para a formação de ambientes saudáveis que proporcionem eficiência e qualidade operacional nos serviços prestados à sociedade.

Valor estimado do programa: R\$ 27.369.000,00

Projetos Estratégicos:

- Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade);
- Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade).

Ações Operacionais:

- Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo;
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ;
- Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri;
- Videoconferência do Complexo Prisional de Magé;
- Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis;

- Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua;
- Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios;
- Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras;
- Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itatiaia;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia;
- Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul;
- Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira.

PROGRAMA PAG 5 – Desenvolvimento das Políticas Institucionais.

O referido programa apresenta 20 (vinte) projetos estratégicos e tem por finalidade estabelecer diretrizes gerais que expressem os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão do Poder Judiciário, objetivando alcançar a visão, pautando-se sempre pelos valores institucionais.

O desenvolvimento das políticas institucionais baliza-se em focar os resultados sociais, na busca pela excelência no atendimento à sociedade, na promoção da responsabilidade social, na priorização das demandas da sociedade e na valorização dos magistrados e servidores.

Justificativa: Necessidade de adoção de medidas afetas ao desenvolvimento das políticas institucionais do Poder Judiciário, através de projetos que permitam a comunicação com a sociedade, a valorização das pessoas, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.

Valor estimado do programa: R\$ 32.600.399,00

Projetos Estratégicos:

- Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade);
- Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade);
- Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade);
- Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG;
- Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade);
- Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line;
- Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade);
- Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I;
- Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença;
- Programa de Formação Integral de Gestores – FIG;
- Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência;
- Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia – Capital;
- Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020);
- Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais;
- Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Mediação e Conciliação Extrajudicial;
- Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna;
- Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade);
- Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade);
- Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade).

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2021-2022			
PROGRAMA PAG	2021	2022	Total
1 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	13.000.000	14.000.000	27.000.000
AÇÃO OPERACIONAL	13.000.000	14.000.000	27.000.000
Bolsa de Estudo de Juiz Leigo			
2 - RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	19.052.570	21.574.479	40.627.049
PROJETOS ESTRATÉGICOS	9.780.000	11.855.000	21.635.000
Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Camaras Cíveis e Criminais (continuidade)			
Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)			
Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)			
AÇÃO OPERACIONAL	9.272.570	9.719.479	18.992.049
Fortalecimento de Perícias			
3 - GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	82.349.422	93.662.000	176.011.422
PROJETOS ESTRATÉGICOS	82.349.422	93.662.000	176.011.422
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade)			
Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)			
Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)			
Ações Integradas de Saúde (continuidade)			
Justiça 4.0			
Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais			
Digitalização de Processos Físicos			
Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)			
Estudo para Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade)			
4 - INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO	14.147.500	13.221.500	27.369.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	490.000	490.000	980.000
Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)			
Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)			
AÇÕES OPERACIONAIS	13.657.500	12.731.500	26.389.000
Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo			
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas			
Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ			
Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri			
Videoconferência do Complexo Prisional de Magé			
Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis			
Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua			
Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios			
Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras			
Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itatiaia			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia			
Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira			
5 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	14.605.376	17.995.023	32.600.399
PROJETOS ESTRATÉGICOS	14.605.376	17.995.023	32.600.399
Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)			
Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)			
Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade)			
Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG			
Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)			
Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line			
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I			
Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença			
Programa de Formação Integral de Gestores – FIG			
Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência			
Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia – Capital			
Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)			
Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais			
Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro			
Mediação e Conciliação Extrajudicial			
Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna			
Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade)			
Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade)			
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)			
Total Geral	143.154.868	160.453.001	303.607.870

id: 3822674

ANEXO III

1 Apresentação

Dentro da metodologia de planejamento estratégico, os indicadores que integram esta Matriz têm como finalidade primordial demonstrar de forma quantificável o cumprimento dos objetivos constantes do Mapa Estratégico.

Importante destacar que tais objetivos foram tanto extraídos de diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, quanto da realidade do cenário do Estado do Rio de Janeiro na atualidade.

Os índices e indicadores apresentados buscam expressar, de um modo geral, o andamento da administração em diversos segmentos considerados estratégicos para o adequado funcionamento de seus processos. Seu progresso favorável permite, ainda, inferir o bom desenvolvimento dos projetos definidos como estratégicos.

Importante destacar que, muitas vezes, um mesmo indicador pode afetar os resultados de mais de um objetivo, sendo primordial para a estratégia institucional.

2 Indicadores Estratégicos

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Indicador: PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Responsável: Departamento de Ações Pro-Sustentabilidade

MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicador: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Responsável: Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento

Indicador: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Responsável: Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

Indicador: INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA

Responsável: Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento

Indicador: ÍNDICE DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases.

Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADOS (FASE DE CONHECIMENTO)

(1º Grau / 2º Grau / Juizados Especiais / Turmas Recursais)

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA FASE DE EXECUÇÃO

(1º Grau / Juizados Especiais)

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: ÍNDICE DE AUDIÊNCIAS CRIMINAIS REALIZADAS POR VIDEOCONFERÊNCIA

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: ÍNDICE DE INDIVÍDUOS SOLTOS EM RAZÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

MACRODESAFIO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicador: ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

Indicador: TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Responsável: Secretaria do Conselho da Magistratura

MACRODESAFIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Indicador: ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Indicador: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS CEJUSCs

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Indicador: ÍNDICE DE CASOS REMETIDOS PARA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos

Indicador: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DO ARTIGO 334 DO CPC

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos / Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

MACRODESAFIO PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Indicador: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

Responsável: Departamento de Ações Pro-Sustentabilidade

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Indicador: TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO

Responsável: Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicador: ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS "GOVERNANÇA" E "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO"

Responsável: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados / Diretoria-Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição / Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

Indicador: ÍNDICE DE ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEMONSTREM A INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO

Responsável: Departamento de Apoio à Presidência

Indicador: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NOS REFERENCIAIS DE CONTROLE INTERNO UTILIZADOS PELA AUDITORIA INTERNA DO PJERJ

Responsável: Núcleo de Auditoria Interna

Indicador: ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

Responsável: Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

Indicador: ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

Responsável: Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicador: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ABSENTEÍSMO NO PJERJ – MAGISTRADOS E SERVIDORES – GLOBAL

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ABSENTEÍSMO DE MAGISTRADOS NO PJERJ

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ABSENTEÍSMO DE SERVIDORES NO PJERJ

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ÍNDICE DE SERVIDORES COM NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA MAPEADA

Responsável: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Responsável: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Indicador: ORÇAMENTO DE CUSTEIO APLICADO EM CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Responsável: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Indicador: ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Responsável: Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Indicador: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Responsável: Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Indicador: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS

Responsável: Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Indicador: IGovTIC-JUD

Responsável: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Indicador: PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL

Responsável: Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Descrição: Refere-se à garantia da infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Indicador: ÍNDICE DE BENS PERMANENTES INVENTARIADOS NAS UNIDADES PATRIMONIAIS DO PJERJ

Responsável: Diretoria-Geral de Logística

id: 3822675

ANEXO IV

1 Apresentação

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) vem continuamente desenvolvendo medidas para a consolidação e o fortalecimento de sua gestão estratégica e a comunicação é passo essencial para garantir os resultados almejados.

O grande desafio é comunicar, clara e objetivamente, o modelo de gestão estratégica adotado, tanto para o público interno quanto para a sociedade.

Este Plano de Comunicação identifica os eventos, o público-alvo, as unidades responsáveis e os meios de divulgação necessários e suficientes, que serão utilizados para disseminar a cultura e as intenções permanentes do PJERJ, no que se refere à gestão estratégica, de forma sistêmica, perene e independente da periodicidade de cada administração.

O Plano de Comunicação coordena, ademais, a produção e a classificação das informações relacionadas à estratégia institucional, de modo a orientar os *feedbacks* institucionais.

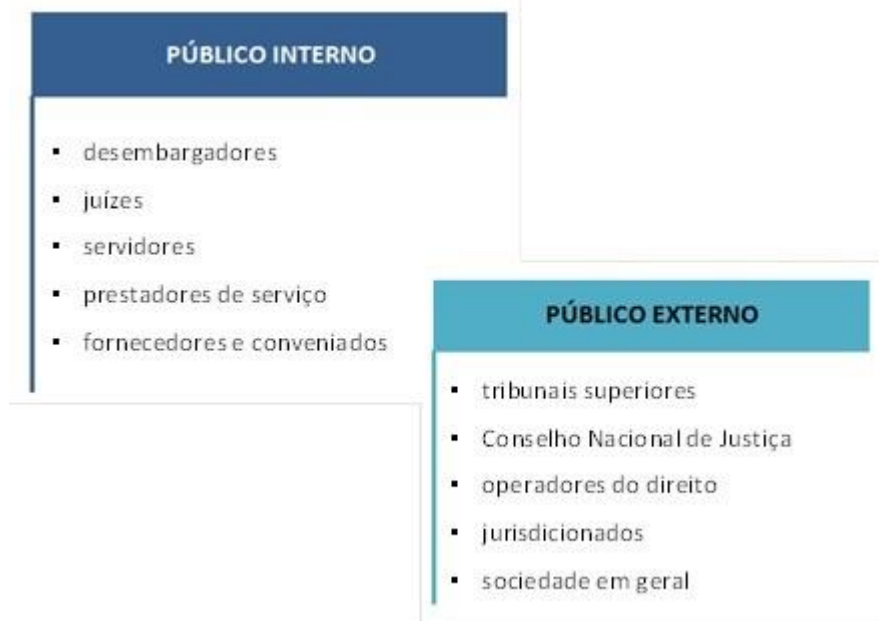
2 Objetivos

O Plano de Comunicação da Estratégia do PJERJ promove o alinhamento das ações de comunicação aos processos de planejamento e de gestão estratégica. Pretende, ainda, no âmbito das informações estratégicas, facilitar a comunicação interna, bem como atender aos dispositivos constitucionais de publicidade, transparência e aproximação do Judiciário com a sociedade (comunicação externa). São seus objetivos específicos:

divulgar o entendimento sobre os direcionadores estratégicos do PJERJ – Missão, Visão e Valores – e a metodologia estratégica adotada pela instituição;
implementar e divulgar, para o público destinatário, medidas de comunicação e compreensão da metodologia da gestão estratégica;
adotar e divulgar procedimentos de acompanhamento dos projetos estratégicos e dos projetos da gestão operacional;
adotar e divulgar boas práticas de gestão por processos de trabalho, a partir dos princípios da gestão estratégica.

3 Público-alvo da gestão estratégica

Constitui o público-alvo destinatário da gestão estratégica:



O rol acima não esgota os destinatários da gestão estratégica. As informações estratégicas poderão ser úteis para outras partes interessadas.

Este Plano de Comunicação concentrará o seu foco nos magistrados, nos servidores e nas unidades do PJERJ, na medida em que envolvidas com o processo de implementação da gestão estratégica.

4 Informações sobre o modelo de gestão estratégica do PJERJ

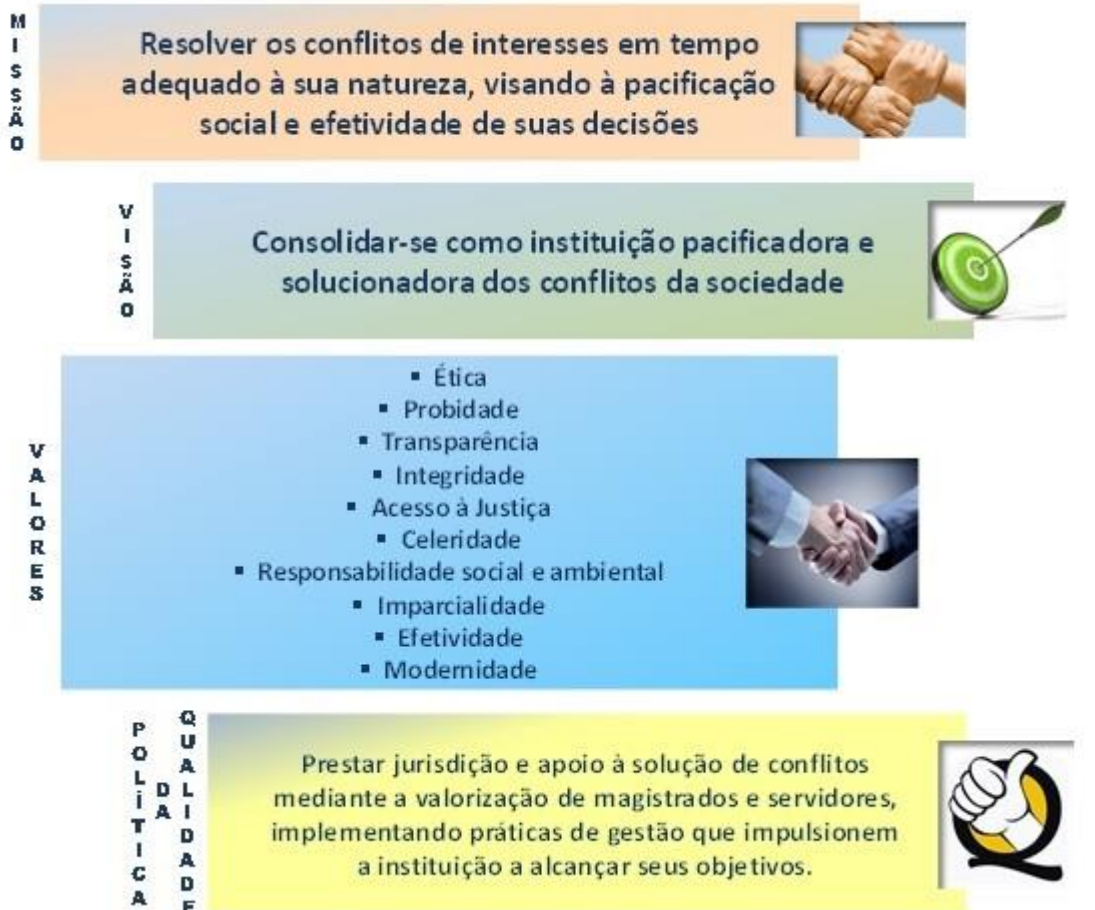
Compõem a gestão estratégica do PJERJ as informações a seguir relacionadas.

4.1 Direcionadores estratégicos

Conceito: norteadores da estratégia, englobando a missão, a visão, os valores e a política da qualidade; definem o direcionamento que a instituição deve seguir para a sua preservação ou para que se destaque em determinado cenário, harmonizando os esforços institucionais em prol de um mesmo rumo.

Documentos que divulgam os direcionadores estratégicos:

Mapa Estratégico;
Plano Estratégico.



4.2 Macrodesafios

Conceito: desdobramentos da essência estratégica.

Documentos que divulgam os Macrodesafios:

Mapa Estratégico;
Plano Estratégico.



4.3 Projetos estratégicos

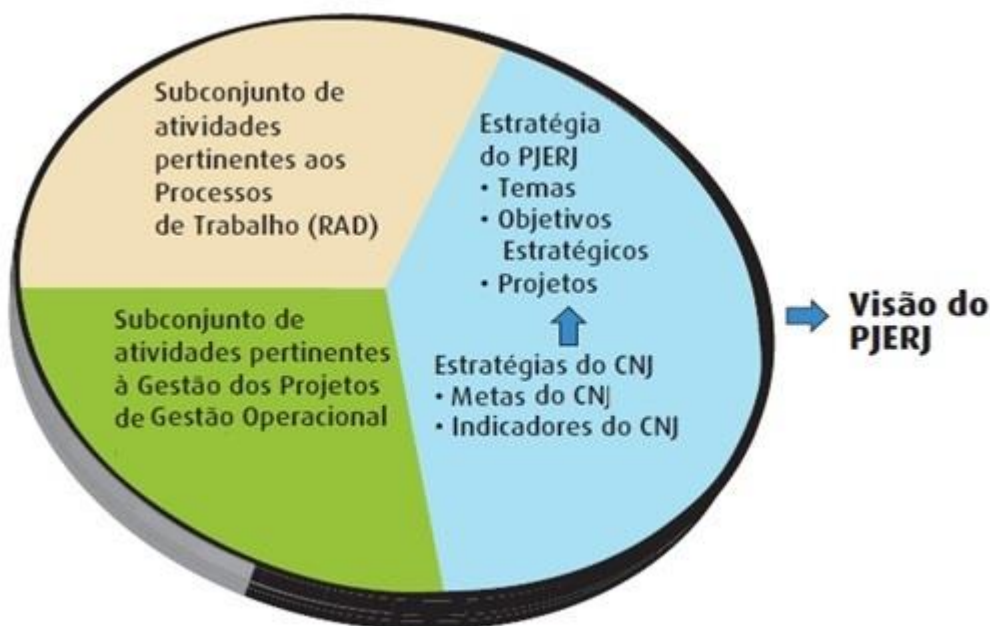
Conceito: projetos cuja abrangência ou complexidade impactam a estrutura do PJERJ, por razões técnicas, econômicas, políticas ou outras. Esses projetos são a forma de concretizar os macrodesafios. Os projetos selecionados para implementação viabilizam os macrodesafios.

Documento que divulga os projetos estratégicos: Plano Estratégico.

4.4 Gestão por processos de trabalho (estratégia x operação)

Conceito: o compromisso da gestão estratégica é o aprimoramento do PJERJ, rumo à visão estabelecida; a gestão operacional almeja a eficácia (obtenção de resultados), a eficiência (utilização adequada dos recursos), a efetividade e as melhorias contínuas, mediante a adoção de boas práticas do trabalho cotidiano, decorrentes do conjunto de esforços harmônicos empreendidos pela administração superior do PJERJ, pelos magistrados, pelos servidores e demais parceiros intervenientes.

Documento que divulga a gestão por processos de trabalho: Rotinas Administrativas.



A Política de Gestão Estratégica do PJERJ busca promover o alinhamento entre a gestão estratégica e a gestão operacional, visando ao aperfeiçoamento da comunicação operacional e estratégica.

5 Meios de comunicação divulgação da estratégia

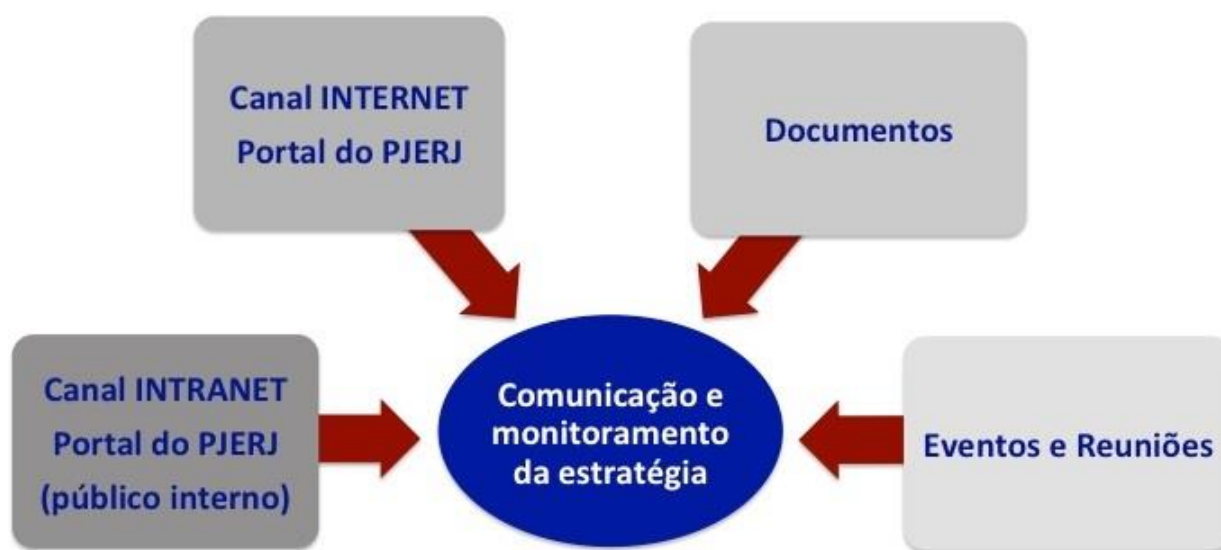
A estratégia de divulgação faz uso de diversos mecanismos, meios e canais de comunicação multimídia. O Plano de Comunicação da Estratégia se apoia tanto nas novas tecnologias de informação e comunicação (ex. portal do PJERJ), quanto em canais tradicionais. O emprego de novas tecnologias potencializa a troca de informação rápida, eficaz e atualizável, em curto intervalo de tempo e baixa aplicação de recursos. São utilizadas, também, formas tradicionais de divulgação, de modo a ampliar o acesso à informação sobre as intenções e o monitoramento dos resultados alcançados.

Para o **público externo**, as informações sobre a gestão estratégica estão disponibilizadas no portal do PJERJ, com acesso irrestrito via Internet.

Para o **público interno**, além do portal intranet do PJERJ, estão disponíveis na rede as informações pertinentes à estratégia (organizadas no mesmo formato da Internet), documentos específicos sobre o tema, complementados com a participação em reuniões e eventos para notificação dos resultados alcançados.

Cabe destacar que, atualmente, com a Lei de Acesso à informação, praticamente não há separação entre o que se disponibiliza na internet e na intranet no PJERJ.

A figura a seguir ilustra os diferentes canais de acesso às informações estratégicas:



6 Documentos para comunicação da estratégia

Estão disponíveis os seguintes documentos para veiculação dos princípios e da metodologia de gestão estratégica:

Planejamento Estratégico – define os princípios, alinha e orienta os esforços da governança corporativa do PJERJ, esforços desdobrados tanto na gestão estratégica quanto na gestão operacional, com o propósito de estabelecer mecanismos robustos de gestão eficaz, eficiente e efetiva, bem como práticas inerentes à economicidade, principal premissa de trabalho da atual gestão do PJERJ. **O Planejamento Estratégico abarca os seguintes documentos:**

Mapa Estratégico do PJERJ – representação em formato de diagrama de processos de gestão estratégica.

Portfólio de Projetos Estratégicos – informa os projetos estratégicos estabelecidos, bem como os resumos dos escopos e respectivos responsáveis.

Plano Estratégico do PJERJ – estabelece a estrutura da gestão estratégica do PJERJ, a partir de macrodesafios, indicadores e projetos estratégicos.

Matriz de Indicadores do PJERJ – apresenta os indicadores estratégicos e sua evolução.

TJERJ em números – documento que consolida informações e indicadores estratégicos do PJERJ, permitindo à administração superior e aos diversos públicos, uma visão abrangente da Instituição.

Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) – documento que consolida as informações semestrais e anuais das unidades administrativas, contemplando dados do TJERJ em números, progresso dos projetos estratégicos, indicadores do quadro de bordo, situação das metas nacionais do CNJ, principais realizações do período, destaques de economicidade e situação dos recursos.

Rotina administrativa “Consolidar e Divulgar Informações Gerenciais” (RAD-PJERJ-007) – documento normativo que estabelece critérios e procedimentos para consolidação e divulgação de informações gerenciais pelas unidades do PJERJ.

Relatórios anual e do biênio da Administração Superior – documento que apresenta os resultados das iniciativas desenvolvidas pelas unidades administrativas e jurisdicionais, abrangendo aspectos relativos à estrutura judiciária, aos recursos humanos e financeiros e à movimentação processual, dentre outros.

7 Canais de comunicação da estratégia

Os canais de comunicação via Portal do PJERJ transmitem conhecimento acerca dos documentos anteriormente mencionados, produzidos pelo PJERJ, bem como informações sobre o CNJ e sobre a transparência institucional.

Entre os documentos e informações relacionados à estratégia institucional, que podem ser acessados por todos os públicos no portal do PJERJ estão: Plano Estratégico do PJERJ, Matriz de Indicadores do PJERJ, Mapa Estratégico do PJERJ e Portfólio de Projetos Estratégicos do PJERJ.

8 Reuniões e eventos

No que se refere às **reuniões e eventos**, destaca-se a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), promovida pelo PJERJ a intervalos determinados. Nela são definidas e acompanhadas as ações estabelecidas para o período em curso, bem como formuladas as ações para o período subsequente. Dela participam os magistrados que compõem a administração superior do PJERJ, os diretores-gerais e os representantes das associações de classes de magistrados e de servidores. O procedimento para a realização da RAE consta das RAD-PJERJ-006 e 007.

Merecem destaque as reuniões da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), colegiado administrativo responsável pelo apoio à Administração Superior na definição das linhas gerais relacionadas à estratégia institucional e seu monitoramento.

9 Critérios de difusão da informação estratégica

O estabelecimento de critérios para a comunicação da estratégia vincula-se à necessidade de verificação das informações, do público-alvo e da legitimidade da fonte emissora antes de sua difusão.

A divulgação seletiva da informação estratégica relaciona-se à hierarquia organizacional, em seus níveis estratégico, tático e operacional.

Informações estritamente estratégicas são transmitidas aos membros de mesmo nível e/ou de nível imediatamente inferior, ou, a critério da administração superior, até o nível operacional, no que for necessário. Informações estratégicas gerais podem ser disponibilizadas na internet ou por outros meios necessários, conforme orientação da administração superior.



A difusão da informação estratégica pode ser classificada a partir dos seguintes filtros mínimos:

Alto Grau de Difusão: a informação específica é amplamente difundida na organização e está livremente disponível para consulta;

Médio Grau de Difusão: a informação específica é transmitida de acordo com a necessidade, até o nível tático da organização;

Baixo Grau de Difusão: a informação específica é transmitida somente para o nível estratégico da organização, por razões de sigilo, interesse institucional ou natureza do conteúdo.

10 Mecanismos de comunicação e público-alvo

Seguem os documentos e mecanismos de comunicação da estratégia no PJERJ, com os respectivos destinatários preliminares da informação.

DOCUMENTO DE DIVULGAÇÃO	MECANISMO DE COMUNICAÇÃO	PÚBLICO-ALVO DESTINATÁRIO
Plano Estratégico do PJERJ	portal do PJERJ	interno e externo
Matriz de Indicadores do PJERJ	portal do PJERJ	interno e externo
Mapa Estratégico do PJERJ	portal do PJERJ	interno e externo
Portfólio de Projetos Estratégicos do PJERJ	portal do PJERJ	interno e externo
TJERJ em Números	portal do PJERJ	Interno e externo
Relatório de Informações Gerenciais (RIGER)	portal do PJERJ	interno e externo
Rotinas Administrativas (RAD)	portal do PJERJ	interno e externo
Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) - atas de reunião	reuniões e eventos	interno
Cartilhas, folhetos, apresentações, formulários sobre o funcionamento do PJERJ etc.	processos de RH (recepção e integração de servidores)	interno

11 Periodicidade da comunicação da estratégia

A periodicidade e a frequência da comunicação da estratégia, como regra geral, são definidas e cumpridas de acordo com a necessidade verificada pela administração superior.

Há mecanismos, ferramentas e eventos de comunicação da estratégia que apresentam periodicidade pré-definida, estabelecendo, portanto, uma frequência específica, conforme destacado no presente Plano de Comunicação.

12 Difusão das informações estratégicas nas esferas de atividades do PJERJ

ESFERA DE ATIVIDADE	MEIO DE DIFUSÃO	TIPO DE DIFUSÃO
1º Grau	Portal do PJERJ; E-mail Institucional.	Comunicação ativa e passiva
2º grau	Portal do PJERJ; E-mail Institucional.	Comunicação ativa e passiva
Administração	Portal do PJERJ; E-mail Institucional; Reuniões; RIGER.	Comunicação ativa e passiva

Para a Administração Superior, a difusão das informações estratégicas se dá por meio de reuniões específicas, apresentações, relatórios e quaisquer outros meios que a administração entenda convenientes e necessários.

13 Custos da comunicação da estratégia

A maioria dos mecanismos e ferramentas relacionados à comunicação da estratégia no PJERJ já está implementada e não apresenta custos significativos de utilização e manutenção, obedecendo à política de economicidade institucional.

Eventuais aquisições e investimentos serão tratados como projetos estratégicos ou projetos da gestão operacional e terão os seus custos específicos inseridos no Plano de Ação Governamental (PAG).

14 Esquematização dos eventos do Plano de Comunicação

Sobrelevam os seguintes eventos específicos, no PJERJ, vinculados especificamente à gestão estratégica, seus documentos e formas de comunicação e divulgação:

EVENTO	DESCRIÇÃO	PÚBLICO	RESPONSÁVEL	MEIO DE DIVULGAÇÃO	FREQUÊNCIA
Definição dos projetos estratégicos	indicação dos projetos que irão compor o portfólio para o biênio	interno	Presidência	==	pelo menos anual ou quando aprovado novo projeto
Elaboração de documentos de apoio à gestão estratégica	elaboração/ revisão de rotina administrativa, modelos de relatórios de informações gerenciais	interno	DEGEP	portal do PJERJ e-mail para as unidades	pelo menos anual
Divulgação dos documentos da gestão estratégica	disponibilização dos seguintes documentos: Plano Estratégico, Matriz de Indicadores, Mapa Estratégico e Portfólio de Projetos	interno e externo	DEGEP/ DGTEC	portal do PJERJ e-mail para as unidades	de acordo com a periodicidade definida na Política de Gestão Estratégica do PJERJ
Revisão dos direcionadores estratégicos e dos documentos da gestão estratégica	realização de reunião para obter a validação dos direcionadores estratégicos e confirmação dos projetos para o ano em curso	interno	Presidência/ DEGEP	notícias no portal sala de imprensa e-mail para as unidades	pelo menos anual
Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)	convocação e realização de reuniões periódicas para avaliação da gestão estratégica	interno	Presidência / unidades administrativas / associações	e-mail para as unidades	preferencialmente quadrimestral e à critério da Administração

EVENTO	DESCRIÇÃO	PÚBLICO	RESPONSÁVEL	MEIO DE DIVULGAÇÃO	FREQUÊNCIA
Elaboração de Relatórios de Informações Gerenciais (RIGER)	relatórios que consolidam os resultados da gestão estratégica, incluindo o monitoramento dos projetos e indicadores estratégicos (disponível no portal do PJERJ)	interno e externo	unidades administrativas	portal do PJERJ	semestral e anual
Consolidação do TJERJ em Números	quadro que consolida informações e indicadores estratégicos do PJERJ, permitindo, especialmente à administração superior, uma visão abrangente da Instituição	interno	unidades administrativas/ DEGEP	e-mail para as unidades	mensal
Elaboração e revisão de Rotinas Administrativas (RAD), vinculadas à estratégia institucional	mapeamento dos processos de trabalho do PJERJ, incluindo aqueles vinculados ao planejamento e execução da estratégia institucional (disponível no portal do PJERJ)	interno e externo	DEGEP	portal do PJERJ	pelo menos anual

Corregedoria-Geral da Justiça

id: 3822026

PROCESSO SEI: 2021-0632232 (2021-005013)
ASSUNTO: SINDICÂNCIA. OJA
3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELFORD ROXO
SANDRO PEREIRA DA SILVA
CICLONE RIBEIRO PERBONI OAB/RJ Nº. 128.200

DECISÃO

Acolho o parecer elaborado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, e mantenho a decisão recorrida, por seus próprios fundamentos.

Remetam-se os autos ao Conselho da Magistratura.

Publique-se. Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021.

DESEMBARGADOR RICARDO RODRIGUES CARDOZO
Corregedor-Geral da Justiça

id: 3821289

PROCESSO SEI 2021-0631777
ASSUNTO: PERMUTA
SÉRGIO SOARES DA SILVA
FERNANDA REGINA ALONSO DE MAGALHÃES

PORTARIA CGJ nº 796/2021

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESEMBARGADOR RICARDO RODRIGUES CARDOZO, no uso de suas atribuições administrativas designadas na forma da lei e conforme o decidido nos autos do processo SEI nº 2021-0631777.